



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Aviso n.º 14244/2017

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 e na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º e na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, aplicável subsidiariamente à Assembleia da República, notificam-se os candidatos propostos para exclusão do procedimento concursal aberto pelo aviso abaixo discriminado publicado no *Diário da República* n.º 205, 2.ª série, de 24 de outubro de 2017:

Aviso n.º 12685/2017 — procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 21 postos de trabalho para a categoria de técnico de apoio parlamentar do mapa de pessoal da Assembleia da República (PCC/TAP/01/2017).

Os candidatos propostos para exclusão do procedimento acima referido ficam notificados para, querendo, se pronunciarem sobre a intenção de exclusão, em sede de audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, no prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Para o efeito, deverá ser utilizado o formulário tipo de participação dos interessados disponível página eletrónica da Assembleia da República em <http://www.parlamento.pt/GestaoAR/Paginas/Recrutamento-dePessoal.aspx>.

2 — A lista dos candidatos propostos para exclusão e respetivos fundamentos encontra-se afixada para consulta nos locais de estilo das instalações da Assembleia da República sitas no Palácio de São Bento e na Avenida D. Carlos I, n.ºs 128-132, em Lisboa, e encontra-se igualmente disponível na respetiva página eletrónica em <http://www.parlamento.pt/GestaoAR/Paginas/Recrutamento-dePessoal.aspx>

3 — Informa-se ainda que a lista dos candidatos a admitir se encontra também afixada para consulta nas mesmas instalações e está disponível na referida página eletrónica em <http://www.parlamento.pt/GestaoAR/Paginas/Recrutamento-dePessoal.aspx>, devendo os mesmos ser, oportunamente, convocados para a realização do primeiro método de seleção no âmbito do respetivo procedimento concursal.

22 de novembro de 2017. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

310947478

PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Despacho n.º 10299/2017

Nos termos do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 9/91, de 9 de abril, na sua redação atual, nomeio adjunto do meu Gabinete o licenciado Ricardo de Jesus Rodrigues de Carvalho, técnico superior do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, IP, com efeitos à data do presente despacho.

O estatuto remuneratório do designado é o fixado para os adjuntos de gabinete, conforme o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e para efeitos do previsto no artigo 12.º do mesmo diploma, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

2 de novembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota curricular

Ricardo de Jesus Rodrigues de Carvalho, natural de Lisboa (10.08.1975).

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1993/1998).

Advogado, com inscrição suspensa por requerimento do próprio.

Adjunto do Gabinete do Provedor de Justiça — 2013/2017.

Secretário Executivo da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco — 2005/2013.

Jurista do Grupo de Coordenação CID — Plano de Auditoria Social, na área da prevenção de maus-tratos em crianças e jovens, idosos e pessoas com deficiência acolhidas em instituições — 2003/2005.

Jurista do Núcleo de Contencioso e Apoio Judiciário do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa — 2002/2003.

Consultor jurídico da Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal de Família e Menores de Lisboa — 2001/2002.

Jurista do Projeto Nacional Lares criado para a melhoria das condições físicas e técnicas dos lares que acolhem crianças e jovens — 2001.

Responsável de produção e coordenador do projeto educativo da Exposição “Liberdade e Cidadania. Cem anos Portugueses”, criada no âmbito da Presidência da República, integrada nas comemorações oficiais do XXV aniversário do 25 de Abril — 1999/2000.

Vogal da direção da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família — CrescerSer.

Antigo membro do Conselho Europeu de Justiça Juvenil do “*International Juvenile Justice Observatory*”.

Autor de textos técnicos na área do direito da família e menores.

310928053

Despacho n.º 10300/2017

Nos termos do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 9/91, de 9 de abril, na sua redação atual, nomeio secretária do meu Gabinete a licenciada Susana Rute Cabrita dos Santos, com efeitos à data do presente despacho.

O estatuto remuneratório da designada é o fixado para os secretários pessoais, conforme o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e para efeitos do previsto no artigo 12.º do mesmo diploma, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

2 de novembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota curricular

Susana Rute Cabrita dos Santos, natural de Lisboa (26.07.1977).

Licenciada em Marketing e Consumo pelo Instituto Superior de Santarém (2002). No âmbito do Programa Sócrates-Erasmus, assistiu a aulas na Hogescholl West-Vlaanderen — Campus Simon Stevin e estagiou na empresa Química Corn. Van Loocke, em Brugge, Bélgica.

Secretária do Gabinete do Provedor de Justiça — 2009/2017.

Secretária Pessoal do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, no XVII Governo — 2005/2009.

Apoio técnico e administrativo no Departamento de Planeamento e Assuntos Internacionais do Instituto dos Resíduos do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território — 2003/2005.

310928101

Despacho n.º 10301/2017

Nos termos do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 9/91, de 9 de abril, na sua redação atual, nomeio secretária do meu Gabinete a licenciada Sara Patrícia Santos Duarte, com efeitos à data do presente despacho.

O estatuto remuneratório da designada é o fixado para os secretários pessoais, conforme o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e para efeitos do previsto no artigo 12.º do mesmo diploma, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

2 de novembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota Curricular

Sara Patrícia Santos Duarte, natural de Coimbra (06.12.1976).

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2001).

Secretária do Gabinete do Provedor de Justiça — 2013/2017.

Secretária no Instituto de Direito Penal Económico e Europeu, para gestão das tarefas administrativas, recolha e divulgação de informação, organização de cursos no âmbito da área de atuação do Instituto, gestão da agenda do Instituto e da Direção e secretariado das reuniões da Direção — 2009/2013.

Formadora do módulo de Linguagem e Comunicação, com um total de 200 horas, inserido no Curso EFA de Costureira(o)/Modista, realizado na Associação Existências, Coimbra — 2009/2010.

Assistente de Língua Portuguesa, no liceu Chateaubriand, em Rennes, França — 2007/2008.

310928142

Despacho n.º 10302/2017

Nos termos do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 9/91, de 9 de abril, na sua redação atual, nomeio secretária do meu Gabinete, Lina Maria da Fonseca Rocha Mascarenhas, com efeitos à data do presente despacho.

O estatuto remuneratório da designada é o fixado para os secretários pessoais, conforme o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e para efeitos do previsto no artigo 12.º do mesmo diploma, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

2 de novembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota curricular

Lina Maria da Fonseca Rocha Mascarenhas, natural de Lisboa (22.06.1963).

Curso de Técnicas de Secretariado do IIEFP, com aprovação final de 17 valores (1994).

Frequência do 2.º ano do Curso Tradutores e Intérpretes no ISLA. 12.º ano de escolaridade na área de Humanísticas (Literatura Portuguesa, Inglês, Francês).

Inglês — Grau V — Oxford School.

Francês — 5.º ano — Cambridge School.

Secretária do Gabinete do Provedor de Justiça — 1996/2017.

Secretária de Direção — Gabinete do Diretor de Projeto — Nova- ponte — Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia sobre o Tejo ACE — 1995/1996.

Secretária do Departamento de Importação — Sousa & Holstein, L.da — 1989/1995.

Secretariado do Departamento de Ginástica — Sporting Clube de Portugal — 1984/1989.

310928167

Despacho n.º 10303/2017

Nos termos do disposto no artigo 27.º, n.os 2 e 3, do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, na sua redação atual, nomeio para exercer funções especializadas nas matérias relacionadas com as crianças, idosos e portadores de deficiência, no âmbito do funcionamento da Linha da Criança, da Linha do Cidadão Idoso e do Cidadão com deficiência, a licenciada Paula Alexandra Sequeira Rosa Marcelino, com efeitos à data do presente despacho.

É-lhe atribuída a remuneração mensal ilíquida de € 2.047,50, acrescida dos subsídios de férias e de Natal, nos termos legalmente previstos.

Conforme o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

2 de novembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota Curricular

Paula Alexandra Sequeira Rosa Marcelino, natural de Lisboa (01.09.1972).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1996).

Pós-graduada em Ciências Jurídico — Administrativas, pela mesma Faculdade (2000).

Advogada, com inscrição suspensa a requerimento da própria.

Especialista no Gabinete do Provedor de Justiça no Núcleo da Criança, do Idoso e do Cidadão com Deficiência (N-CID) na Provedoria de Justiça, trabalhando em matérias relacionadas com os direitos das crianças, dos idosos e dos cidadãos portadores de deficiência — 2010/2011 e 2012/2017.

Representante do Provedor de Justiça na Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens — 2013/2015.

Assessoria jurídica no Gabinete de Apoio Jurídico do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa — 2006/2007.

Advogada no Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa — 1998/2006.

Frequência de ações de formação no âmbito do direito administrativo e responsabilidade civil extracontratual do Estado, e de conferências no âmbito dos direitos das crianças, das pessoas idosas e do cidadão com deficiência.

310928191

Despacho n.º 10304/2017

Nos termos do disposto no artigo 27.º, n.os 2 e 3, do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, na sua redação atual, nomeio para exercer funções especializadas no âmbito de um projeto integrado de atendimento ao cidadão, incluindo a receção e distribuição de queixas, relações públicas e linhas telefónicas do cidadão idoso, da criança e da pessoa com deficiência, a licenciada Carla Sofia Pestana Chaves e Castro da Encarnação, técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Política da Justiça, com efeitos à data do presente despacho.

É-lhe atribuída a remuneração mensal ilíquida de € 2.987,25, acrescida dos subsídios de férias e de Natal, nos termos legalmente previstos.

Conforme o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

2 de novembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota curricular

Carla Sofia Pestana Chaves e Castro da Encarnação, natural de Coimbra (10.04.1970).

Licenciada em Direito pela Universidade Católica de Lisboa, Ciências Jurídicas — 1989/1993.

Advogada, com inscrição suspensa a requerimento da própria.

Especialista no Gabinete do Provedor de Justiça no âmbito de um projeto integrado de atendimento ao cidadão, incluindo a receção e distribuição de queixas, relações públicas e linhas telefónicas do cidadão idoso, da criança e da pessoa com deficiência — 2015/2017.

Jurista no Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção de Serviços de Direito Internacional — 2015.

Jurista no Departamento de Assuntos Jurídicos da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, Membro do Conselho Editorial — 2013/2015.

Jurista na Direção Geral da Política de Justiça, Gabinete de Relações Internacionais, Unidade para a Justiça Penal — 2010/2013.

Jurista na Direção Geral da Administração Interna, área de Relações Internacionais, Núcleo de Organizações e Missões Internacionais — 2009/2010.

Técnica Superior do Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação do Ministério da Justiça, Membro do Grupo de Trabalho sobre Corrupção da OCDE — 2001/2009.

Inspetora Superior da Inspeção Geral das Atividades Económicas, Coordenadora Nacional de Área Operacional e Coordenadora de Sector — 1999/2001.

Jurista no Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República, Sector de Problemas Criminais, Assessoria Jurídica à Presidência Portuguesa de Schengen — 1997/1999.

Membro da Comissão de Acompanhamento e Aplicação do Código da Estrada junto da Direção Geral de Viação — 1994/1997.

Programa Avançado de Gestão para Executivos da Universidade Católica de Lisboa — Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais — Católica Lisbon School of Business & Economics — 1995.

Certificate of Proficiency in English (CPE) emitido pela Universidade de Cambridge — 2001.

Curso de Mediação Geral e Mediação Penal da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima — 2008.

310928231

Despacho n.º 10305/2017

Nos termos do disposto no artigo 27.º, n.os 2 e 3, do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, na sua redação atual, nomeio para exercer funções especializadas na área da assessoria de imprensa e realizar ações de comunicação e de divulgação institucional, a licenciada Catarina Isabel Feitor Simões, com efeitos à data do presente despacho.

É-lhe atribuída a remuneração mensal ilíquida de € 2.553,00, acrescida dos subsídios de férias e de Natal, nos termos legalmente previstos.

Conforme o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

2 de novembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota curricular

Catarina Isabel Feitor Simões, natural de Coimbra (14.11.1976).

Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior *Bissaya Barreto*, em Coimbra. Frequência do *Master* em Estudos Sociais Europeus Comparativos, no âmbito do Programa Sócrates — Erasmus, na *Zuyd University* em Maastricht, Holanda, frequência da Pós-graduação em Direito de Igualdade de Género, na Faculdade de Direito de Coimbra.

Pós-graduada em Direito e os Direitos das Pessoas com Deficiência no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa e pós-graduada em Comunicação e *Marketing* Político no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Frequência do Mestrado em Ciência Política no mesmo Instituto.

Assessora de Imprensa no Gabinete do Provedor de Justiça — 2013/2017.

Coordenadora Executiva na organização não-governamental de âmbito nacional Formem, em Lisboa — 2003/2012.